

Ata da 41ª (quadragésima primeira) Sessão ordinária do 3º (terceiro) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 22 de novembro de 2023, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim–ES, sob a Presidência do Vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, João Bechara Netto, José de Oliveira Lima, Júlio César Ferreira de Magalhães e Renildo do Nascimento Peçanha.** O vereador Estevão Silva Machado teve sua ausência justificada por motivos pessoais familiares; A Sessão Teve início com leitura dos vereadores presentes em plenário e leitura da Bíblia. Em seguida o **vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa** cumprimentou a todos presentes em plenário e a todos os munícipes que os acompanham pela transmissão Ao Vivo nas redes sociais. Cumprimentou ainda de forma especial aos amigos Matheus Teixeira, Leandro Padilha, Tia Léia e à polícia legislativa e demais servidores presentes. O vereador presidente solicitou que fosse feito o registro dos ACS e ACE presentes em plenário. Após solicitou a secretária de saúde Sra. Rafaela para se sentar nas cadeiras honra caso deseje, até que o momento de sua fala chegue. Dando seguimento a presente sessão, o vereador presidente oportunizou aos demais vereadores para que fizessem as suas considerações iniciais e não havendo considerações iniciais deu-se início a leitura do material de expediente; **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Indicação nº 131/2023. Ementa:** Indica pavimentação asfáltica na localidade de Santo Amaro, neste município. **Autoria:** Vereador Antônio Carlos Helvécio. **Projeto de lei ordinária nº 46/2023. Ementa:** Dispõe sobre a concessão de abono natalino aos servidores ativos (efetivos e comissionados) da câmara municipal de itapemirim. **Autoria:** Paulo Sérgio de Toledo Costa, Antônio Carlos Helvécio, Júlio César Ferreira de Magalhães. **Requerimento de Informação nº 20/2023. Ementa:** Requerimento de Informação ao Executivo Municipal referente ao cargo de Auxiliar de Saúde Bucal. **Autoria:** Paulo Sérgio de Toledo Costa; Finalizada a leitura do material de expediente, foi registrado a presença dos vereadores **Alcione de Amorim Gomes, Lenildo Henriques e Lucimar Alves Soares;** Após, o **vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa** colocou o requerimento de informação nº 20/2023 que será encaminhado ao executivo municipal em discussão votação e, sendo aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes. Após solicitou urgência simples ao Projeto de Lei Ordinária nº46/2023 colocando-o em, seguida em discussão e votação; O **vereador Júlio César de Magalhães,** disse não gostar de pedidos de urgência das matérias, principalmente quando vem do executivo, no entanto, como o pedido supra trata-se de um projeto de lei de autoria dessa egrégia casa de leis, não vê motivos para não aprovar; O **vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa,** lembrou aos edis que a urgência simples do projeto apenas supriria a segunda discussão e votação do mesmo, adiantando assim, sua tramitação e finalização. Disse ainda que quando o mesmo entrar na ordem do dia para discussão e votação única, já chegaria devidamente analisado e com os pareceres apresentados pelas comissões da casa; O **vereador João Bechara Netto** antes de discutir o pedido supra, perguntou à presidência se o executivo municipal encaminhou à câmara o projeto de lei que concede abono natalino aos servidores do executivo municipal, conforme informado pelo prefeito nas redes sociais; O **vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa** enfatizou que o pedido de urgência simples



do projeto, se dá devido ao curto prazo que a CMI possui para apresentar e votar os projetos antes do natal e do recesso parlamentar que está próximo. Respondendo a pergunta do edil João Bechara Netto, disse que o executivo ainda não protocolou o projeto de lei que concede abono natalino aos servidores do executivo municipal, e que o legislativo está ansioso pelo mesmo, haja vista o pouco tempo hábil para análise e votação conforme informado anteriormente e a grande demanda de projetos já se encontram tramitando na CMI, como o novo código de Obras, a Lei de diretrizes orçamentárias dentre outros. Neste sentido, disse que se o executivo realmente tiver a intensão de enviar o Projeto de lei que concede abono natalino aos servidores da prefeitura, que o faça na presente semana para que haja tempo hábil para tramitação do mesmo; O **vereador João Bechara Netto** disse que seria interessante que o executivo enviasse com urgência o referido projeto de lei, para que o mesmo seja pago aos servidores antes do natal, incluindo os servidores contratados que terão seus vínculos encerrados em janeiro, pois, se o pagamento do abono se der conforme o prefeito divulgou, ou seja, no dia 31 de janeiro de 2024, muitos servidores ficarão sem receber o abono, pois, não constariam mais na folha de pagamento da prefeitura, situação essa, de “extrema covardia” para com os servidores que “já são tão perseguidos e massacrados” pelo executivo municipal; Não havendo mais discussões, o Projeto de lei ordinária nº46/2023 entrou em votação sendo aprovado por unanimidade pela maioria dos vereadores presentes. Em seguida o Sub-Secretário de saúde foi convidado para ocupar as cadeiras de honra, assim como demais servidores da secretaria de saúde enquanto a Sra. Rafaela, secretária da pasta, faz uso da tribuna. Antes porém, informou aos edis que após a secretária fazer suas explanações os mesmos terão oportunidade de fazer 02 (duas) perguntas à mesma; A Secretária de saúde **Sra. Rafaela** cumprimentou a todos e ressaltou sobre a satisfação que sente em estar nessa egrégia casa de leis a fim de esclarecer a realidade da saúde pública do Município de Itapemirim. Disse que ao assumir a pasta a 60 (sessenta) dias, se deparou com diversos problemas enfrentados pela mesma e hoje na presente sessão veio explanar acerca dos mesmos e das soluções encontradas para resolutividade. Iniciou falando acerca da atenção primária do município, onde, juntamente da superintendente da atenção primária e sua equipe técnica, bem como, do Subsecretário de Saúde, puderam avaliar a situação da mesma que se encontrava totalmente desassistida por vários segmentos. Sobre a situação dos ACS e ACE, agradeceu aos mesmos pela oportunidade que à deram para solucionar tais problemas que se estende a tantos meses. Quanto a situação dos APS (Atenção primária da saúde), disse que juntamente com a equipe da atenção secundária tem buscado soluções para os problemas com os computadores das unidades de saúde, bem como, com o sistema MV Soul, para que todos os munícipes sejam devidamente assistidos por consultas e exames fora do município. Acerca da frota de transporte sanitário, disse que a mesma está praticamente completa para atendimento aos munícipes. Disse que o consórcio está passando por uma auditoria juntamente com a equipe da atenção secundária representada pela superintendente Sra. Flávia Abreu, e que a casa rosa que se encontrava a 09 (nove) meses sem ginecologista de Alto risco, já conta com tal serviço ativo, sendo esse mais um ponto positivo para sua gestão. Ressaltou que de todos os problemas encontrados, o mais preocupante é quanto aos problemas enfrentados pelo Hospital Menino Jesus. Neste sentido, disse que existe uma decisão de primeira instância junto



Secretaria Estadual de Vigilância Sanitária, onde a mesma, solicita ao Hospital que se adeque às regras dentro das normativas estabelecidas. No entanto, tal adequação não ocorreu por parte da direção do hospital, tornando necessária a transferência dos pacientes de hemodiálise para outros Hospitais, transferências essas, que se deram apenas após inúmeras solicitações à direção do HMJ para que encaminhasse os prontuários e sorologia dos pacientes para análise afim de que houvesse uma transferência sem riscos. Ressaltou que o serviço de Hemodiálise do Hospital Menino Jesus já se encontrava suspenso à época. Ressaltou ainda que tais informações somente foram entregues a secretária no dia 29 de outubro de 2023, sendo um dia de domingo às 19h49min fazendo assim, com que a na segunda-feira houvesse uma reunião extraordinária com o Conselho Municipal de Saúde a fim de resolver tal situação. Disse que os problemas do Hospital Menino Jesus com relação ao não cumprimento do plano de trabalho apresentado, vão além da questão da Hemodiálise, citando como exemplo, a ausência de médico Pediatra de plantão na emergência, vez que o profissional que possui se reveza entre emergência e maternidade, a falta de cirurgias deixando vários munícipes desassistidos que por sua vez, buscam a secretaria de saúde por ajuda, dentre outros. Ressaltou ainda acerca das internações, aonde, os faturamentos chegam atrasados à secretaria fazendo assim, com que recursos federais sejam perdidos devido ao prazo excedido. Assim, finalizando esse primeiro momento de fala, disse que se encontra à disposição dessa egrégia casa de leis para esclarecer o que puder com relação à pasta, haja vista, estar apenas a 60 (sessenta) dias à frente da mesma; Finalizada a fala da Sra. Rafaela, o vereador presidente agradeceu a mesma pelo atendimento à solicitação de comparecimento realizado por essa egrégia casa de leis e oportunizou aos demais edis tempo de fala para que fizessem suas perguntas à Secretária; O **vereador Júlio César Ferreira de Magalhães** cumprimentou a todos e iniciou sua fala ressaltando que o mesmo foi o responsável pelo convite a secretária de saúde para que comparecesse a câmara a fim de prestar esclarecimentos quanto a situação da saúde pública no município, e por isso, agradeceu a mesma de forma especial por atender ao pedido do edil para esclarecer questões de saúde pública que vem prejudicando os munícipes. Ressaltou que sua indignação é com relação à falta de atuação do conselho municipal de saúde a questões pertinentes ao mesmo, haja vista, ser um conselho concernente à prestação de contas. Ressaltou ainda que o referido conselho foi utilizado para os mais variados fins pelo secretário de saúde anterior, Sr. Joseli que em algumas questões foi assertivo. Disse que sua pergunta será bem objetiva, de forma que a população possua conhecimentos mais precisos sobre a situação em que se encontra a secretaria de saúde. Neste sentido solicitou a secretária, Sra. Rafaela, que esclarecesse de forma técnica o real motivo que levou o executivo a romper o contrato de forma unilateral com o Instituto Vida Salus, atual administrador do Hospital Menino Jesus. Antes, porém de conceder o direito de resposta a secretária, ressaltou que o Instituto também será convocado através de ofício para prestar os mesmos esclarecimentos solicitados à secretária, pois, é necessário que ambas as partes sejam ouvidas a fim de que haja o direito de resposta, bem como, prova e contraprova. Justificando a necessidade de direito de resposta e a importância de ouvir as duas partes da “história”, citou como exemplo um fato ocorrido recentemente com o mesmo, onde, foi acusado injustamente de falar mal do conselho municipal de saúde, e após provar sua inocência, o presidente do conselho Dr. Felipe



humildemente se retratou com edil ficando tudo resolvido. Assim, solicitou à secretária que respondesse sua pergunta; A secretária de saúde **Sra. Rafaela**, reforçou que está à disposição para prestar todo e qualquer esclarecimento que for de seu conhecimento, e quanto ao questionamento do edil sobre o rompimento do executivo com o Instituto Vida Salus, ressaltou que a questão da rescisão do executivo com o Instituto Vida Salus se dá devido aos serviços não estarem sendo executados com excelência conforme plano de trabalho apresentado e que ao assumir a pastada saúde foi constatado que haviam inúmeras reclamações comprovadas sobre o prestador de serviço, Instituto Vida Salus, sendo a primeira, com relação ao plano de trabalho que não estava sendo cumprido desde a falta de pediatra de plantão até exames e uso indevido da UTI, haja vista, que o HMJ não pode receber pacientes por transferências. Disse ainda que foram constatados problemas com relação a cirurgias eletivas, fazendo com que o município viesse a perder recursos Federais. Citou ainda problemas com relação a atrasos na compra de medicamentos, além da prestação de contas que é frequentemente entregue em atraso, sendo somente este último motivo o suficiente para uma rescisão contratual. Ressaltou ainda que a mesma está à frente da secretaria para poder fiscalizar juntamente com a população e não apenas sentar em uma cadeira, pois, teve uma criação onde foi ensinada que é preciso fazer o certo para dar certo. Disse que as questões citadas são as que foram identificadas de imediato e acredita que há muito mais irregularidades, tanto que se a mesma ficar diariamente dentro do hospital encontrará muito mais, situação essa que a deixa muito preocupada. Ressaltou que solicitou chamada pública para prestação de serviço no HMJ, agindo de forma transparente para que seja tudo seja feito da melhor forma possível com coerência e transparência; O **vereador Júlio César Ferreira de Magalhães** ainda em seu tempo de perguntas, informou que a presença da secretária em sessão não se trata de um debate, até porque a outra parte não está presente. Assim, continuando, perguntou a secretária se já existem medidas estabelecidas para transferência e atendimento aos 17 (dezesete) pacientes de hemodiálise, caso o contrato com instituto se encerre da sexta feira dia 24 de novembro, haja vista, que o funcionamento está ocorrendo de forma irregular, conforme informado pela secretária, e ser o prazo final para que o instituto responda o ofício encaminhado pela secretaria de saúde. Antes de passar a palavra para a secretária, ressaltou que tais cobranças do legislativo à secretaria de saúde e prestador de serviço se dão apenas em prol dos munícipes não havendo cunho político; A **Sra. Rafaela** em resposta ao edil disse que no dia 05 de outubro oficializou o instituto para que no prazo de 24 horas encaminhasse a sorologia e o prontuário dos pacientes de hemodiálise para transferência dos mesmos, pois, haviam 17 vagas reservadas no centro de hemodiálise do Município de Guaçuí, onde, a mesma junto com sua equipe técnica e o diretor de transporte já haviam movimentado todo o transporte sanitário para realizar a transferência desses pacientes. Porém a documentação solicitada, somente chegou à secretaria de saúde no domingo 29 de outubro de 2023, a noite via e-mail e em mãos a secretaria quase 02 (dois) meses após a solicitação, fazendo com que assim, os pacientes perdessem suas vagas. Informou ainda que por respaldo registrou um boletim de ocorrência devido a morosidade do instituto em prestar as devidas informações para transferência dos pacientes. Ressaltou que esteve no Hospital juntamente de sua equipe técnica e a equipe da vigilância Sanitária Estadual no dia 06 de outubro de 2023, 24hs após oficializar o



Hospital, onde, os representantes do mesmo se recusaram a assinar o documento com decisão em primeira instância que autorizava a suspensão da hemodiálise no hospital até que fossem realizadas as devidas adequações. Negaram-se ainda a entregar os prontuários e sorologia dos pacientes alegando não haver tempo hábil para que o médico responsável e a secretaria clínica do hospital providenciassem as documentações. Disse ainda que solicitou ao presidente do conselho municipal de saúde para que reforçasse o pedido da secretaria de saúde ao hospital, e oficializou novamente o hospital sendo respondida na data de ontem, 21 de novembro de 2023, com a entrega dos prontuário e sorologias, foi quando rapidamente entrou em contato com a superintendência de Cachoeiro solicitando vagas para os pacientes de hemodiálise em qualquer lugar, haja vista que as 18 (dezoito) vagas disponíveis nos dias 05 e 06 de outubro para o centro de hemodiálise no município de Guaçuí já não existiam. Finalizando, disse que hoje não existem vagas disponíveis para transferência dos pacientes; O **vereador Renildo do Nascimento Peçanha** cumprimentou a todos e iniciou sua fala parabenizando a secretária de saúde Sra. Rafaela por seu comprometimento em resolver os problemas da pasta que a mesma assumiu recentemente. Em seguida fez um apelo a mesma para que dê uma atenção especial à situação dos ACS e ACE, pois, além de alguns estarem passando por dificuldades devido ao desemprego, a população Itapemirina está padecendo pela falta de serviço desses profissionais capacitados e de extrema importância para o município. Outra questão trazida pelo edil para esclarecimento da secretária de saúde é acerca do fechamento da ala de hemodiálise no HMJ, ressaltando que tal esclarecimento se faz necessário para que nenhuma responsabilidade caia indevidamente sobre quem não tem culpa, caso haja algum óbito ou problema maior. Informou que na reunião do conselho municipal de saúde com os representantes do Instituto Vida Salus, reunião essa em que alguns vereadores estavam presentes, foi questionado pelo presidente do conselho Municipal de saúde Dr. Felipe à direção do hospital, se as adequações notificadas pela vigilância sanitária estadual haviam sido cumpridas, sendo informado que até a presente data não haviam sido cumprido. Assim, enfatizou que não haveria necessidade de se ouvir nessa egrégia casa de leis a direção do HMJ conforme explanado pelo edil Júlio César Ferreira de Magalhães, haja vista a resposta do mesmo. Ressaltou ainda que as devidas providências têm que ser tomadas o mais rápido possível, pois, se trata de um atendimento extremamente necessário para os pacientes que já são bem debilitados devido à agressividade de sua doença e um tratamento sendo realizado no município é mais cômodo para os mesmos. Questionou ainda à secretária acerca das denúncias de falta de pediatra 24hs no pronto atendimento do hospital; A secretária de saúde, **Sra. Rafaela** em resposta ao último questionamento do edil disse que de acordo com o plano de trabalho apresentado pelo Instituto vida Salus, seria disponibilizado 02 (dois) pediatras, sendo, 01 (um) para a maternidade e outro para o pronto atendimento médico 24hs, no entanto, a prestadora de serviços Instituto Vida Salus não está cumprindo com o plano de trabalho apresentado; O **vereador Renildo do Nascimento Peçanha** disse lamentar essa situação, pois, a população é quem sai prejudicada em uma situação de urgência e emergência, onde, o profissional tem que escolher quem atenderá primeiro. Ressaltou que os vereadores são constantemente cobrados pela população para fiscalizar o executivo, no entanto, o caso em questão não é de responsabilidade do executivo e sim do prestador de serviço, cabendo ao executivo



apenas a rescisão contratual com a mesma devido ao não cumprimento do contrato. O edil manifestou extrema preocupação caso a rescisão contratual ocorra, pois, teme que aconteça novamente com os funcionários do hospital o mesmo ocorrido com a gestão da Santa Casa de Misericórdia, onde, devido à má gestão os funcionários estão até a presente data sem receber seus direitos trabalhistas. Assim, solicitou ao executivo que “segure” o repasse ao Instituto caso ocorra à rescisão para que os funcionários do hospital não saiam prejudicados; A secretária de saúde, **Sra. Rafaela** ainda em resposta ao edil, disse que a questão da pediatria no hospital é algo que a preocupa muito, haja vista haver um grande número de partos diariamente, sobrecarregando assim o profissional que por sua vez assume 03 (três) funções no hospital, sendo, maternidade, enfermaria e pronto socorro e com a chegada do verão os atendimentos se intensificam. Ressaltou ainda que o HMJ atende também gestantes de outros municípios, fazendo assim necessário que o plano de trabalho seja cumprido; O **vereador José de Oliveira Lima**, cumprimentou a todos e ressaltou não entender como a empresa que até pouco tempo era referência em prestação de serviços de saúde no Brasil, inclusive foi bem elogiado por alguns edis à época de sua contratação, está causando tantos problemas a população, inclusive com a suspensão do serviço de hemodiálise e cogitando-se até a sua rescisão contratual por parte do executivo municipal. Ressaltou ainda que à época, foi contra a contratação da referida empresa e como representante do povo irá sempre cobrar por melhorias para os mesmos e fiscalizar, pois, causa muita estranheza que com pouco tempo de gestão tantos problemas tenham aparecido. Questionou ainda a secretária acerca da situação dos ACS e ACE, se o executivo irá tomar as devidas providências para contratação dos mesmos; A secretária de saúde, **Sra. Rafaela**, disse que a resolução da questão dos agentes é uma prioridade de sua gestão, informando que esteve em reunião juntamente com a representante da atenção primária do município, Procurador do município Dr. Paulo Branco e Dr. Ricardo cordeiro a pedido do Dr. Richard promotor de justiça do Ministério Público municipal para encontrarem uma solução o mais rápido possível. Disse ainda que estão aguardando o Procurador geral do município, retornar de férias para debater a orientação do Dr. Richard Promotor de Justiça do Ministério Público Municipal, que ressaltou sobre a necessidade de fazer processo seletivo de provas e títulos; O **vereador Erasto da Costa Rocha**, cumprimentou a todos e sobre a transferência dos pacientes de hemodiálise do HMJ para outros hospitais, disse que não aprova tal medida apesar de no momento ser extremamente necessário, pois, é obrigação do Hospital se adequar as normas a fim de prestar serviço de qualidade para a população, haja vista, receber para isso. Enfatizou ainda que quanto à situação da qualidade da água do hospital, deve ser feito mais de 01 (um) teste para que não haja dúvidas quanto à mesma, e caso algum problema seja de fato detectado solicitou devidas providências da direção do hospital para resolução, pois, o centro de hemodiálise do HMJ é de suma importância para os pacientes e foi muito desejado por todos merecendo ser tratado com zelo. Ressaltou que o fechamento do centro de hemodiálise do hospital é uma covardia com os pacientes e população e que continuará a cobrar providências seja do executivo ou do Instituto em prol da população; O **vereador Lucimar Alves Soares**, cumprimentou a todos e em resposta ao comentário do edil José de Oliveira Lima, ressaltou que embora tenha defendido a contratação do Instituto Vida Salus, em substituição a Santa Casa de Misericórdia, sua função como vereador é defender o povo



e se os administradores não estão prestando serviço de qualidade serão cobrados. Quanto à situação da qualidade da água do hospital para a hemodiálise, ressaltou que segundo informações do próprio hospital, a água para hemodiálise está em boas condições. Neste sentido, questionou a secretária de saúde se o Instituto adequar à situação da água não seria melhor continuar com os serviços de hemodiálise até o término do contrato, vez que está próximo seu encerramento, para que os pacientes não se desgastem com transferência para outras cidades, vez que já são tão debilitados, além do que, dessa forma haveria tempo hábil para que demais empresas possam concorrer à administração do hospital por meio de chamada pública; A **Sra. Rafaela** em sua reposta disse que foram feitas duas inspeções na água do hospital, onde, após a primeira inspeção foi notificado para adequação e mesmo após justificativa e finalizado o prazo para adequação, o mesmo não procedeu com as adequações tendo sua água reprovada novamente em segunda análise. Disse concordar com edil que não é satisfatório tampouco cômodo transferir os pacientes para outras cidades, no entanto, tal medida faz-se necessária devido ao fato de o instituto não ter realizado as adequações necessárias para prestar serviço de qualidade aos pacientes de hemodiálise e a secretária como responsável pela pasta da saúde no município não pode esperar que o pior aconteça para tomar as medidas cabíveis. Ressaltou que independente de qual seja a empresa prestadora de serviços do hospital, deve haver regularidade em suas adequações e cumprimento do plano de trabalho; O **vereador Lucimar Alves Soares**, ainda em sua fala informou sobre uma reclamação que recebeu de uma munícipe, onde, na AMA somente estão entregando exames de pacientes para parentes dos mesmos, dificultando assim a vida de muitos pacientes que moram no interior e que muitas vezes não conseguem vir à sede do município e não tem quem possa ajudá-los. Assim, solicitou a secretária para que reveja essa questão, haja vista que os profissionais que também faziam esse serviço, os ACE e ACS, se encontram desempregados aguardando uma decisão do executivo quanto à situação dos mesmos. Ressaltou que antigamente apenas com o protocolo em mãos os exames poderiam ser retirados por qualquer pessoa. Informou a secretária que centro de especialidades médicas de Itaipava sempre possuía duas vagas em reserva para casos de urgência e que isso não ocorre mais, dessa forma, solicitou que volte com a antiga sistemática de marcações visando o bem da população; A secretária **Sra. Rafaela** disse que estará revendo juntamente com sua equipe as reivindicações do edil; O **vereador João Bechara Netto**, cumprimentou a todos e iniciou sua fala ressaltando que a secretária de saúde transparece ser uma pessoa bem esclarecida, com uma boa “bagagem” de conhecimento, o que ajuda e muito no desenvolvimento da pasta. Disse que sempre criticou a falta de fiscalização por parte do executivo aos planos de trabalho dos gestores do HMJ, onde, apenas faziam os repasses sem fiscalizações posteriores. Informou que o convênio entre o município e prestadora de serviços, possui uma cláusula em que se uma das partes manifestar o interesse de reincidir o contrato, deverá comunicar a outra parte com antecedência de 90 dias. Neste sentido, disse que considerando que a secretária de saúde assumiu a pasta no início de setembro, a mesma teria tempo hábil para notificar o instituto sobre o interesse de rescisão até o final do mês de setembro, no entanto, o edil entende que 30 (trinta) dias de gestão não seria tempo suficiente para tomar conhecimento de tantos problemas enfrentados pela pasta, ao contrário do ex-secretário de saúde que tinha ciência de todos os problemas enfrentados



pela pasta, sabia das irregularidades com relação a hemodiálise e não teve “peito para notificar” o hospital para proceder com as devidas adequações, agindo assim de forma covarde e irresponsável. Lembrou a secretária quando disse a mesma que a notificação publicada no diário oficial do dia 30 de outubro de 2023 era “genérica”, pois, falava sobre infração, mas não citava a cláusula do convênio que fora descumprida. Assim, questionou a secretária porque faltou clareza na notificação, haja vista que tal omissão dificulta o exercício da ampla defesa e contraditório que é um princípio constitucional e necessário também para dar transparência e clareza para o rompimento de contrato; A pedido da secretária de saúde foi solicitado que o Subsecretário de saúde, **Dr. Edvaldo de Andrade Peçanha**, respondesse ao questionamento do edil João Bechara Netto, onde, após cumprimentar a todos respondeu que inicialmente o processo administrativo nº 20004/2023 foi iniciado pela secretária de saúde e encaminhado ao jurídico com o intuito de verificar a possibilidade de se proceder com uma rescisão unilateral em razão das diversas irregularidades encontradas pela secretária na prestação de serviço do Instituto Vida Salus. Neste linear, foi montado um processo com todas as provas pertinentes, alegações e as fundamentações de irregularidades, onde, a procuradoria se manifestou e o processo teve a sua devida tramitação chegando até o gabinete do Prefeito, que por sua vez, efetivou a notificação de forma sucinta. Ressaltou ainda que o Instituto Vida Salus teria direito à ampla defesa e contraditório preservado de acordo com o Art.5º CF, a partir do momento em que ela recebesse a cópia dos autos do processo Administrativo, direito esse que passou a valer a partir de sexta feira dia 17 de novembro de 2023 quando foi encaminhado à mesma por e-mail o referido processo; O **vereador João Bechara Netto**, disse estar satisfeito com a resposta, haja vista que o processo administrativo citado informa todas a irregularidades em descumprimento ao plano de trabalho, bem como, contrato de prestação de serviços. Ainda em seu tempo de fala, questionou a secretária sobre o risco nas transferências de pacientes de hemodiálise para o município de Guaçuí, haja vista, que o município de Itapemirim possui apenas um histórico de óbito na hemodiálise, ao contrário do município de Guaçuí, que possui vários, estando até mesmo sob investigação do Ministério Público. Corroborou com edil Lucimar Alves Soares quanto à possibilidade de aguardar a transferência dos pacientes, caso haja regularização da situação da água da hemodiálise, até que o contrato seja encerrado e um novo convênio seja finalizado, tendo em vista que os pacientes já estão bastante debilitados e considerando à gravidade do estado de saúde muitos deles; A secretária de saúde, **Sra. Rafaela** disse que existe um caso de óbito em Itapemirim com relação à hemodiálise e que se encontra sob investigação junto da Atenção Primária do município. Disse ainda que tem conhecimento sobre os óbitos no município de Guaçuí e se preocupa com tal situação. Quanto à situação da água, disse que o instituto teve tempo suficiente desde a notificação até a presente data para proceder com as devidas adequações e solicitar nova vistoria para validação da qualidade da água. Ressaltou que à época quando foi solicitada a vigilância estadual as 18 vagas para transferência dos pacientes, havia disponibilidade de vagas somente na cidade de Guaçuí e hoje dois meses após notificação e após entregarem a sorologia física e prontuários essas vagas não existem mais, tanto que solicitou ao Dr. Cleiton Responsável pela superintendência de Cachoeiro de Itapemirim que viabilizasse vagas em qualquer município mais próximo de Itapemirim, dada a urgência da situação. Ressaltou novamente que não gostaria de realizar tais



transferências, haja vista a debilidade de muitos pacientes que teriam que percorrer muitos quilômetros diariamente sem hora para retornar para suas casas, no entanto até que o instituto de adequação seja a única solução; O subsecretário **Dr. Edvaldo de Andrade Peçanha** em complementação ao questionamento dos edis João Bechara Netto e Lucimar Alves Soares, informou que houve uma decisão de primeira instância sobre a interdição da hemodiálise no hospital Menino Jesus, onde, o instituto recorreu em segunda instância e até o presente momento não existe a decisão de Segunda instância. Assim, se houver decisão de Segunda instância e o instituto de adequação das demais irregularidades, com certeza o município vai manter o contrato e a hemodiálise no HMJ. Informou ainda que teve conhecimento de que o instituto vida Salus impetrou com uma ação judicial em face da Secretaria de Saúde do Estado, entretanto, essa ação foi indeferida, bem como, o pedido liminar, porém, a ação ainda se encontra em tramitação; O **vereador João Bechara Netto**, finalizando seu tempo de fala, questionou a secretária acerca da situação dos ACS e ACE, onde, já fazem 09 (nove) meses que esse impasse vem se arrastando e o executivo não toma as devidas providências para resolução, prejudicando assim 55% (cinquenta e cinco por cento) da população que se encontra desassistida. Ressaltou sobre a questão dos surtos de dengue, questionando qual medida a curto prazo o executivo está tomando ou tomará para resolver essas questões. Questionou ainda se o executivo não teria uma medida emergencial para o impasse, haja vista, a demora na contratação dos profissionais até que o trâmite seja finalizado se for contratar uma empresa para realizar um concurso de provas e títulos que levaria no mínimo de 60 a 90 dias, ou seja, passaria o verão todo sem que se resolva em definitivo a situação, deixando assim, a população desassistida por mais tempo; A secretária de saúde, **Sra. Rafaela** enfatizou estar empenhada para que tal problema seja resolvido. Ressaltou que a atenção primária está um pouco desassistida devido a essa situação dos ACS e ACE, e que após ouvir dos próprios profissionais sobre a real situação das mesmas e as demandas do município, sentou juntamente com sua equipe jurídica, bem como com o Promotor de Justiça do Ministério Público Municipal, a fim de encontrar uma solução para o impasse. Ressaltou que nesse momento é necessário aguardar o retorno do procurador geral de suas férias e a manifestação formal do Ministério Público para prosseguimento com as devidas providências. Neste sentido, pediu aos profissionais que aguardem mais um pouco; O **vereador João Bechara Netto** finalizando sua fala questionou ainda sobre a possibilidade de aproveitar o processo seletivo existente para contratação de forma emergencial, vez que não houve contratação devido a Judicialização, onde, o município decidiu esperar a decisão do mérito até que se resolva em definitivo; O subsecretário **Dr. Edvaldo de Andrade Peçanha** ressaltou que tal sugestão do edil é válida e já foi debatida anteriormente em reuniões com a equipe da secretaria de saúde e representantes das ACE e ACS, no entanto, é necessário parecer jurídico para viabilizar as contratações. Sugeriu que na próxima reunião estejam presentes representantes das ACE e ACS para que juntos possam encontrar uma solução viável e legal. Ressaltou ainda acerca do prazo de 90 dias para rescisão contratual citado pelo edil, explicando que o prazo de 90 (noventa) dias que reza o contrato, se aplica em casos de rescisão unilateral normal, ou seja, o problema é identificado, a empresa é notificada para regularização e caso não proceda com a regularização após o prazo, há rescisão. No entanto, o caso em questão se trata de uma rescisão imediata dada à



urgência da situação, uma tomada de decisão imediata foi necessária, pois, havia risco de vida aos pacientes. Dessa forma a secretária ao assumir a pasta, de imediato já solicitou a suspensão do serviço, pois, identificou que o problema e que uma notificação expedida pelo ex-secretário não havia sido atendida, podendo assim, trazer risco a vida dos pacientes; O **vereador João Bechara Netto** disse estar satisfeito com os esclarecimentos da secretária de saúde e solicitou a presidência da câmara para que reitere o ofício do edil ao Instituto Vida Salus para que preste esclarecimento quanto ao cumprimento das exigências feito pela vigilância sanitária; O **vereador José de Oliveira Lima**, fez um apelo à secretária de saúde que viabilize junto ao governo do estado a possibilidade de o serviço de hemodiálise ser mantido no Hospital Menino Jesus, vez que o contrato com o Instituto vida Salus está se encerrando e logo a nova empresa assumirá a administração do mesmo, evitando assim desgastes maiores para os pacientes renais crônicos que já se encontram tão debilitados, além de prevenir o risco de vida. Ressaltou que tal cobrança não possui cunho político, sendo somente em prol da população que anda desassistida, citando como exemplo a situação dos ACS e ACE; O **vereador Alcione de Amorim Gomes** cumprimentou a todos e iniciou sua fala solicitando a secretária de saúde para que tenha prioridade na questão ACS e ACE, haja vista, exercerem importantes funções no município em prol da população, principalmente para as que moram no interior. Solicitou providencia acerca da dificuldade de retirada de exames e consultas na AMA, onde, somente o titular ou um parente mais próximo está autorizado para retirada do mesmo com apresentação de documento de identidade, dificultando assim a vida de muitas pessoas que por morar longe precisam pedir favor a terceiros para tal, pedido esse muitas vezes atendido pelos ACS e ACE. Solicitou ainda informações quanto à manutenção dos médicos no posto de saúde da comunidade de Retiro que atende toda Grande Piabanha, bem como, providência de um médico Pediatria para o mesmo após a saída do Instituto Vida Salus da Administração do Hospital Menino Jesus, pois, muitas famílias por serem humildes precisam desse atendimento de pediatria fornecido pelo município, vez que é um atendimento caro. Solicitou uma atenção especial à unidade de saúde da comunidade de Bom Será que fica mais próxima a Fazenda Velha e adjacências, desafogando assim o atendimento no posto de saúde do Retiro que é o centro de todas as comunidades da Grande Piabanha; O **vereador Antônio Carlos Helvécio** cumprimentou a todos em especial a Sra. Aldenir representando as mulheres e ao Sr. Gilberto carinhosamente conhecido como “Boneco” representando os Homens. Iniciou sua fala ressaltando que na atual gestão do executivo municipal, até a presente data, não se tem visto “nada” funcionando corretamente e que há apenas mentiras e falácias por parte do Prefeito Dr. Antônio. Ressaltou ainda que torce pelo sucesso do município, bem como, da secretária de saúde e gostaria que a mesma fosse residente do município, afinal, tal requisito para assumir as secretarias municipais foi objeto de campanha do Prefeito. Continuando sua fala, questionou a secretária quanto à retirada de um aparelho odontológico do Posto de saúde da comunidade de Santo Amaro no dia 25 de outubro de 2023, onde, a população até a presente data não entende os motivos que se deram para tal atitude. Neste sentido solicitou informações quanto a quem ordenou a retirada, por qual motivo foi retirado e onde foi realocado. Disse ainda que o equipamento era necessário para atendimento da população local e que se foi retirado para realocar em outra localidade, houve então uma atitude covarde por parte do executivo que “cobre um



santo e descobre outro” ressaltando ainda que toda população tem direito a serviços de qualidade e iguais; A secretária de Saúde **Sra. Rafaela** antes de responder ao edil disse que quando foi chamada para assumir a pasta da saúde de fato não residia em Itapemirim, no entanto, atualmente a mesma reside no município juntamente com sua família e que se sente parte do município. Em resposta a pergunta do edil, disse que quando ocorreu o fato citado pelo mesmo, ela estava em uma reunião em vitória e que a retirada se deu por motivos de falta manutenção, pois, havia uma peça que precisava de reparo tornando o equipamento inapto para uso. Informou ainda que tais monitorações são feitas periodicamente a fim de atestar a qualidade do equipamento e que já foi solicitado outra cadeira odontológica para ser instalada no posto de saúde da comunidade de Santo amaro. Disse que não definirá dia para instalação, mas que na próxima semana já estaria sendo encaminhado; O vereador **Antônio Carlos Helvécio**, disse que embora algumas pessoas não acreditem que a secretária de saúde irá cumprir com a palavra encaminhando um novo equipamento para o posto de saúde, o edil a dará “crédito” a secretária devido a primeira impressão e transparência deixada pela mesma. Disse ainda esperar que realmente cumpra com a promessa, pois, os edis e toda população estão cansados de ouvir mentiras dos secretariados do executivo municipal. Ainda em seu tempo de fala, questionou a secretária quando aos problemas enfrentados pela população com relação ao transporte da saúde, onde, há relatos de pacientes chegando atrasado para fazer exames e consultas perdendo assim as mesmas, inclusive lembrou que a 15 (quinze) dias relatou que um paciente portador de necessidades especiais estava chegando atrasado para sua consulta sendo prejudicado. Disse ainda que na data de hoje após uma paciente idosa perder um exame devido ao atraso do veículo, foi informado a mesma que seu exame deveria ser novamente inserido no sistema para agendamento, iniciando assim novamente todo o processo, informação essa que a deixou revoltada devido a tamanha irresponsabilidade por parte da secretaria, vez que, o próximo agendamento poderia demorar muito meses. Informou ainda que a paciente em questão não aceitou tal procedimento por parte da secretaria dando um prazo para que resolvesse logo tal questão, do contrário entraria no ministério publico contra os responsáveis. Assim, solicitou encarecidamente à secretária para que esteja vendo essas questões evitando esse tipo de transtorno a população que merece atenção e respeito. Ressaltou ainda que se esses problemas no transporte da saúde estão frequentes, alguma coisa não está funcionando como deveria, pois, os motoristas estão à disposição da secretaria para exercer suas funções, inclusive saem muitas vezes de madrugada de casa e retornando somente à noite. Finalizando sua fala desejou sucesso a secretária e que a mesma exerça com excelência seu trabalho em prol da população. Disse ainda aos ACS e ACE para que dêem crédito a secretária, pois, já mostrou comprometimento com a classe buscando solucionar o problema dos mesmos e que se dependesse dela tudo já estaria resolvido, mas, infelizmente a “caneta” pertence ao prefeito; O vereador **Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa** antes de iniciar seus questionamentos a secretária de saúde, enfatizou que a questão dos ACS e ACE deveria ser prioridade do prefeito, assim como é prioridade para a secretária, no entanto não é isso que visto, do contrário o prefeito já teria realizado a integração desses profissionais que são tão necessários para o município. Ressaltou não entender como que o prefeito municipal Dr. Antônio, diz em “alto e bom som” em uma entrevista à rádio local que Instituto Vida Salus, administradora



do Hospital Menino Jesus, é excelente em sua prestação de serviços, sendo referência em pediatria no sul do estado e ainda devido a sua excelência na prestação de serviço iria encaminhar um projeto de lei para a Câmara concedendo auxílio alimentação aos servidores do Instituto vida Salus em reconhecimento aos serviços prestados, e hoje, 20 dias após tantos elogios o mesmo decide retirar o instituto da administração do Hospital Menino Jesus, agindo assim de forma totalmente controversa. Ressaltou ainda que só existe um médico Pediatra no hospital, não podendo o mesmo ser referência alguma conforme dito pelo prefeito. O edil disse ainda à Sra. Rafaela que se a mesma corresponder à altura das expectativas em sua gestão enquanto secretária de saúde, a mesma poderia ser homenageada com o título de cidadã Itapemirinese, vez que conforme informado pela mesma, ela “está residindo no município e se sente parte dele”. Continuando seu tempo de fala, em sua primeira pergunta questionou a secretária de saúde sobre quais providências a mesma está tomando ou tomará com relação à falta de medicamentos nas farmácias básicas, material para curativo, cadeira de rodas e falta de carro para transporte de pacientes para consultas e exames fora do município; A **Sra. Rafaela** disse que com relação à falta de carro para transporte de pacientes para consultas e exames fora do município, informou que a secretaria está recebendo uma nova frota de veículos a fim de atender todas as demandas da saúde, tanto fora como dentro do município e caso a presidência dessa casa de leis deseje, a mesma poderá informar melhor via ofício sobre o quantitativo de veículos. Quanto à falta de medicamentos nas farmácias básicas e materiais para curativo, a secretária informou que já foram feitas as devidas solicitações para reposição de material através de processo licitatório e as unidades de saúde já estão sendo abastecidas com soro fisiológico e material para curativo. Disse ainda que poderá informar melhor via ofício sobre todos os tramites até a presente data; O **vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa** agradeceu a secretária pelos esclarecimentos e pela disponibilidade em estar encaminhado os ofícios citados para melhor avaliação da situação. Ainda em seu tempo de fala, questionou a secretária de saúde sobre como a mesma tem procedido em relação à recomposição de profissionais nas unidades de saúde do município, vez que, o secretário de saúde anterior informou a essa egrégia casa de leis via ofício sobre os profissionais necessários para que os postos de saúde funcionassem corretamente, como pediatra e fisioterapeuta, e infelizmente é percebido que algumas unidades de saúde não contam com atendimento desses profissionais para que haja um bom funcionamento das mesmas; A **Sra. Rafaela** informou que está fazendo um levantamento de informações juntamente com a sua equipe técnica da atenção secundária e atenção primária sobre a situação de cada unidade de saúde principalmente com relação à falta de profissionais e caso a câmara deseje, poderá encaminhar o organograma de funcionários via ofício para melhores esclarecimentos; O **vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa** agradeceu novamente a secretária de saúde e disse aguardar os ofícios citados pela mesma para que juntamente com os demais edis possam ter ciência da real situação; Finalizadas as perguntas pelos nobres edis, oportunizou a um ACS ou ACE para que faça uma pergunta à secretária; Uma servidora questionou a Sra. Rafaela sobre qual posicionamento a secretária terá quanto à recontração dos ACS/ACE que aguardam a decisão judicial movido pelos mesmos em desfavor do município, caso seja decidido em favor da categoria, sendo que o município pensa em realizar novo processo seletivo antes



da decisão judicial e quem for aprovado no processo não poderá ter seu contrato rescindido; A **Sra. Rafaela** reiterou a informação passada as ACS e ACE em reunião na data de ontem, onde, informou que enquanto administradora irá tentar solucionar os problemas da pasta que ocupa, bem como, da categoria juntamente da sua equipe técnica, no entanto, o que compete a questão jurídica informou que está aguardando o Procurador Geral municipal Dr. Diego retornar das férias para que juntamente com Dr. Paulo Branco e com o advogado da categoria possam tentar solucionar esse problema o mais rápido possível, visto que se trata de um assunto de extrema importância para o município; Ainda em sua oportunidade de pergunta, a servidora questionou a secretária porque o procurador do município ainda não conseguiu resolver tal questão, vez que outros municípios como Vila Velha, já conseguiu solucionar por meio o PAC; A **Sra. Rafaela** informou que no dia em que esteve em reunião com Dr. Richard, Promotor de Justiça do Ministério Público Municipal, o mesmo disse a secretária e sua equipe que “não assinaria o PAC nem por 24 horas” e que “quem está sentado na cadeira deveria providenciar um processo seletivo de provas e títulos”. Informou ainda que ao sair da reunião comunicou as representantes da categoria, citando em especial a Sra. Aldenir, sobre a decisão do promotor, que por sua vez não acreditaram que o promotor havia dado tal resposta. A secretária por sua vez, confirmou a fala do promotor juntamente com o procurador do município Dr. Paulo Branco que estava também presente na reunião e informou a Sra. Aldenir representante da categoria para que elas aguardassem o retorno do Dr. Diego que se encontra de férias para que juntamente com a procuradoria municipal e o advogado da categoria pudessem sentar e resolver tal impasse; A **Sra. Aldenir** solicitou a fala e ressaltou que o TAC não é realizado pelo Promotor do Ministério Público da Justiça comum, Dr. Richard, porque o mesmo não responde pela categoria e somente quem tem competência para resolução de tal problemática é a Justiça do trabalho através do Promotor da Justiça do Trabalho juntamente com a Secretária de Saúde, o Prefeito municipal Dr. Antônio e a procuradoria geral do município; Assim, concluído o rito de perguntas e repostas, o **Vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa** agradeceu a presença da secretária de saúde e sua equipe técnica e colocou a câmara a disposição da secretária; A **Sra. Rafaela**, finalizando sua participação na presente sessão ressaltou que a mesma de igual forma se encontra à disposição dessa egrégia casa de leis, bem como, toda a secretaria. Agradeceu a todos que compareceram a presente sessão e ressaltou acreditar que conseguirá realizar um trabalho digno, correto e transparente conforme é sua conduta pessoal e profissional em prol da população do município de Itapemirim; Dando prosseguimento a presente sessão, o **Vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa** propôs aos edis a supressão do pequeno expediente devido o horário estar avançado. Dessa forma os vereadores inscritos no pequeno expediente atenderam à proposição da presidência. Após deu-se início o grande expediente de vereadores; O **vereador João Bechara Netto** cumprimentou a todos e iniciou sua fala explanando acerca da situação que se encontra a administração do Hospital Menino Jesus, onde, o prefeito municipal em entrevista à rádio local “rasgou elogios ao Instituto Vida Salus” e com menos de uma semana de sua fala já manifestou o interesse em romper o contrato com o prestador de serviço, situação essa um tanto quanto estranha. Assim, ressaltou acreditar que tal situação não está restrita apenas ao descumprimento do plano de trabalho, descumprimento de cláusula de convênio e tampouco de infração



grave, problemas esse já explanado anteriormente na presente sessão, mas, acredita existir uma “força maior” por trás de tal decisão repentina. Ressaltou ainda sem medo de errar que todos os prestadores de serviço que assumiram o Hospital Menino Jesus até a presente data, nenhum deles cumpriu à risca o convênio, bem como, o plano de trabalho e nem por isso tiveram seu contrato rescindido. Enfatizou que Itapemirim é a “galinha dos ovos de ouro” recebendo assim os olhares de “grandes figurões” da política, que por sua vez, negociam com o executivo municipal a troca de administrador do Hospital visando às eleições de 2026. Afirmou existir acordo do executivo municipal com deputados estaduais e federais eleitos e não eleitos visando às eleições de 2024 e 2026 e os “milhões de reais” que poderiam utilizar para a mesma. Neste sentido, ressaltou que irá pisar fundo para descobrir quem são, pois, desejam fazer igual o centro de hemodiálise do município de Guaçuí em que um Doutor da região é o verdadeiro dono. Ressaltou que se o problema do hospital fosse a qualidade da água da hemodiálise, o serviço deveria ser suspenso e não transferido para outro prestador de serviço como desejam fazer. Lembrou que os serviços prestados no Hospital Menino Jesus englobam Pronto Socorro, maternidade, UTI e hemodiálise sendo o mesmo convênio para todos os serviços, totalizando um valor de R\$ 25.080.000,00 (vinte e cinco milhões e oitenta mil reais). Ressaltou ainda que embora a secretária de saúde em pouco tempo à frente da pasta tenha demonstrado bagagem e desenvoltura para trabalhar agindo com rigor na fiscalização do Hospital Menino Jesus, o edil cobrará igual da atual secretária com o próximo prestador de serviço e irá fiscalizar junto para que se cumpra o plano de trabalho, do contrário terá que ressarcir o município pela não prestação devida de serviço. Reforçou novamente que não se trata de questão técnica a troca de administradores do HMJ, mas, que existe uma questão política forte envolvendo as eleições de 2024 e 2026 por trás de tal decisão. Quanto a questões políticas/financeiras envolvendo o executivo municipal, disse que há relatos de viagens de uma autoridade para buscar pedágio a fim de cumprir compromissos políticos. Finalizando sua fala disse que “não passará a mão na cabeça de ninguém” e que irá fiscalizar e provar que o real motivo da troca de administração do Hospital menino Jesus é de cunho político/financeiro e não técnico como alegam ser. Disse ainda que não citou nomes, no entanto, assim que apurar os fatos dará nome aos bois, pois, a população merece saber porque o atual “desgoverno” está causando tanto sofrimento a mesma, visando apenas o financeiro e esquecendo que é a vida das pessoas que estão em jogo; O **vereador Antônio Carlos Helvécio** cedeu seu tempo de fala no grande expediente para a Sra. Aldenir, representante dos ACS e ACE, tendo em seguida seu pedido aprovado pela maioria dos edis presente; A **Sra. Aldenir** cumprimentou a todos e iniciou sua fala enfatizando que apenas deseja complementar os esclarecimentos que a secretária de saúde prestou anteriormente. Disse que o Advogado da categoria tem a solução para o problema enfrentado pela categoria junto ao executivo municipal e que não havia possibilidade de resolução do impasse na reunião citada pela secretária de saúde, haja vista que o advogado da parte interessada não estava presente. Ressaltou que o executivo não precisa de nenhuma autorização da Promotoria do Ministério Público Municipal, vez que a “caneta está nas mãos do prefeito” e o mesmo tem poder para tal e não a secretária de saúde que apenas administra a pasta a qual foi designada. Ressaltou ainda que se dependesse da secretária, que até o momento tem se mostrado competente e prestativa, o problema já teria sido resolvido, no entanto, não depende dela, pois, “a



caneta pertence ao prefeito”. Disse que em determinada reunião com a categoria, o prefeito Dr. Antônio disse que seu corpo jurídico entraria em contato com o advogado da categoria, fato esse não ocorrido até a presente data e que se o executivo junto do antigo secretário de saúde tivesse admitido a aproximadamente 08 (oito) meses que erraram ao ferir a lei nº 11350/2006 a situação já teria sido resolvida. Enfatizou que o corpo jurídico da prefeitura possui apenas conhecimento acerca de direito administrativo e não trabalhista e que deveriam ter procurado o advogado da categoria para se informar melhor sobre assunto. Ressaltou que a categoria continuará lutando em prol de seus direitos, pois, se estavam trabalhando com vínculo empregatício errado a culpa não é deles e sim das administrações que passaram pelo executivo municipal nos últimos anos, cabendo a atual corrigir tal erro para que os profissionais e a população não saiam prejudicados. Enfatizou que caso a administração faça novo processo seletivo com provas e títulos conforme orientados pelo promotor de justiça, e em tempo a categoria ganhe a ação movida em desfavor do executivo, o executivo terá que arcar com a contratação de todos os profissionais, deixando assim tal problema para o próximo gestor resolver. Ressaltou que o executivo não pode demitir agentes comunitários de saúde e endemias, sendo tal conduta ilegal e que se o executivo deseja fazer um processo seletivo conforme preconiza a lei, deve dar de igual forma garantia aos profissionais ativos há 17 anos prestando serviço na categoria de ACS e ACE. Enfatizou que tal situação precisa ser resolvida por quem tem capacidade para tal, por quem “possui a caneta” na mão e foi eleito para administrar e não prejudicar os servidores e munícipes. Disse que muitos dizem que a causa da categoria é perdida, no entanto, a mesma enfatizou que se há justiça no Brasil eles irão ganhar a causa, pois, estão sendo injustiçados. Finalizando sua fala solicitou à categoria que se colocasse em pé e que fossem filmados, e disse que “Apesar dessa luta está sendo constante nunca mais na história de Itapemirim nenhum agente de saúde que ingressar em um processo seletivo terá que passar por essa humilhação, pois, a categoria está sofrendo hoje para que no futuro quem entrar não passe pela mesma situação”. Disse ainda que “hoje eles estão sofrendo sentindo dor, no entanto, irá doer mais em quem está fazendo isso com os mesmos e a população” e que se a secretária de saúde juntamente com o advogado da categoria e os procuradores não conseguirem resolver tal impasse, a culpa é do “dono da caneta” que não quis resolver; O **vereador Júlio César Ferreira de Magalhães** cumprimentou novamente a todos e iniciou sua fala dizendo a secretária de saúde Sra. Rafaela, que fez propaganda da mesma junto aos ACE e ACS devido a sua competência demonstrada até o momento. Ressaltou que Itapemirim é “terra de perseguidor”, onde, o gestor que foi constrangido não facilita a vida do servidor, pelo contrário prejudica o mesmo. Neste sentido, ressaltou ainda acreditar que caso ocorra um novo processo seletivo para a categoria que tanto luta por seus direitos, haverá “cartas marcadas” para que as mesmas sejam prejudicadas assim como já foi visto acontecer em outros processos. Neste sentido, solicitou a secretária de saúde se possível for, quando ocorrer a conferência de títulos do processo seletivo, que inclua alguns vereadores na conferência dos títulos a fim de fiscalizar para que não ocorra nenhuma injustiça. Ainda em seu tempo de fala, solicitou a presidência dessa egrégia casa de leis que oficialize o diretor do Instituto Vida Salus para que compareça na próxima sessão ordinária a fim de prestar esclarecimentos quanto às acusações proferidas pela senhora secretária de saúde na data de hoje. Ressaltou que a secretária de saúde “comeu mosca” vez que, deveria ter



protocolado ofício no momento em que a vigilância sanitária retornou pela segunda ao hospital e constatou que as adequações solicitadas não foram atendidas aumentando assim o risco de vida dos pacientes da hemodiálise devido à má qualidade da água. Corroborou com uma fala do subsecretário de saúde, onde, em uma reunião disse que quem embargou o serviço de hemodiálise foi à vigilância sanitária estadual e sendo assim, a mesma deveria trazer a solução para o problema que é a realocação de pacientes de hemodiálise e não deixar o problema para que o município resolva. Ressaltou ainda que cabe a secretária de saúde juntamente de sua equipe administrativa e técnica, buscar junto à justiça a transferência dos repasses feitos pelo município ao Instituto Vida Salus para um hospital particular que ofereça o serviço de hemodiálise para os pacientes, caso o instituto não se adeque rápido as exigências e o estado não providencie realocação para os pacientes. Reforçou o pedido a secretária para que se empenhe na resolução de tal problemática. Ressaltou que com muita dificuldade o Ex-Prefeito Dr. Thiago conseguiu implantar o centro de Hemodiálise no Hospital tendo sua aprovação pela vigilância sanitária que autorizou o mesmo para funcionamento atestando assim sua capacidade, e diante não consegue entender como que de repente o mesmo centro de Hemodiálise se encontra inapto para funcionamento devido a irregularidades antes não encontradas. Assim, solicitou que a próxima administradora do Hospital seja devidamente fiscalizada pelos órgãos competentes, vigilância sanitária estadual, vigilância sanitária municipal, corpo de bombeiros e demais setores de fiscalização a fim de atestar a capacidade da mesma para uma prestação de serviço de qualidade aos pacientes. Disse ainda possuir um grande receio de que se hoje o Instituto não conseguir atender as adequações a qual fora notificado, e o estado consiga realocar no mínimo 07 (sete) pacientes, ainda assim 10 (dez) pacientes estariam desassistidos necessitando de um tratamento de sua importância para sua sobrevivência. Dessa forma, ressaltou que está faltando empatia para com os pacientes renais e suas famílias que de igual forma se encontram preocupados com a atual situação da Hemodiálise do Hospital. Finalizando sua fala, disse não ser técnico para entender sobre a qualidade da água, no entanto, não havia reclamação dos pacientes sobre o tratamento oferecido aos mesmos, pelo contrário havia elogios; O **vereador José de Oliveira Lima** cumprimentou a todos e iniciou sua fala no grande expediente dizendo que a população possui uma grande preocupação com a questão política em que se encontra o município. Ressaltou que se o político quiser fazer, ele faz, e não fica de "balela" arrumando desculpas para a população. Lembrou o edil João Bechara Netto, que o mesmo esteve no palanque de campanha do atual prefeito juntamente dos deputados que só visavam e visam os recursos financeiros do município e que hoje, assim como o edil citou, estão mandando em Itapemirim. Ressaltou ainda que sabia que esse dia iria chegar e quem está pagando o preço é a população, pois, infelizmente está sendo feito o que o "povo de fora do município quer" e não o que o povo de Itapemirim merece e deseja. Enfatizou que estão querendo deixar o edil inelegível porque o mesmo nomeou pessoas capacitadas do município para trabalhar enquanto esteve à frente do executivo municipal, e hoje, o executivo municipal nomeia pessoas de fora do município, muitos sem capacidade técnica, somente para receber altos salários a mando de deputados e se encontra elegível, situação essa lamentável. Ressaltou que no próximo ano, que será ano Eleitoral as coisas não serão diferentes, pois, os mesmos "figurões estarão presentes nos palanques. Enfatizou que os munícipes têm sua parcela



de culpa nisso tudo, pois, elegeram um gestor irresponsável e que não conhece as necessidades do município. Citou sobre uma notícia recebida há poucas horas, em que no próximo ano não haverá o EJA em nível fundamental nas escolas do litoral, situação essa inadmissível. Neste sentido, disse que o as coisas estão indo de mal à pior, onde, se verifica um tratamento péssimo na saúde, educação e principalmente nas secretarias que mais possuem recursos, pois, lá ocorrem os desvios. Disse ainda que o atual gestor não possui capacidade para administrar o município, bem como, não possui boa vontade para resolver os problemas enfrentados pela população e o servidores municipais, citando como exemplo, a ausência de ACS e ACE que prestam assistência à toda população e os servidores efetivos que estão sobrecarregados e o executivo por sua vez, não contrata os aprovados no concurso. Enfatizou que enquanto prefeito interino, a hemodiálise funcionava perfeitamente e hoje somente com quase um ano e meio de gestão foi constatado irregularidades que antes não existiam, sendo que o gestor atual é um médico. Desejou que as coisas melhores no município e que no próximo ano a população não cometa o mesmo erro, pois, se quiser pagar para ser enganada, será. Desejou ainda sabedoria a todos nas próximas eleições; Finalizado o grande expediente de vereadores, O **vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa**, deu continuidade à sessão com a leitura da Ordem do dia; **ORDEM DO DIA 01: Projeto de Lei Ordinária nº 43/2023. Ementa:** Reconhece o cristianismo como manifestação cultural no âmbito do município de Itapemirim. **Autoria: Lucimar Alves Soares.** O presente projeto de lei ordinária, foi protocolizado em 06 de novembro de 2023, tendo sua publicidade e apreciação na 39ª Sessão ordinária em 08 de novembro de 2023. Após foi encaminhado para emissão de parecer Jurídico que opinou pelo regular prosseguimento do projeto de lei ordinária e da comissão de legislação, justiça e redação final (COLEJUR) que deliberou pela constitucionalidade e legalidade do projeto de lei ordinária em tela, pareceres estes dados publicidade na 40ª Sessão ordinária do dia 16 de novembro, onde, foi aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes em 1º discussão e votação. Assim, o referido projeto de Lei Ordinária 43/2023 retornou a presente sessão ordinária para 2ª discussão e votação; O **vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa**, colocou o presente projeto de lei ordinária em segunda discussão e votação; O **vereador Lucimar Alves Soares** em discussão ao referido Projeto de Lei Ordinária, agradeceu aos demais edis pela aprovação de seu Projeto de Lei Ordinária em primeira discussão e votação. Ressaltou que os políticos que proíbem o uso da bíblia e do nome de Deus "podem até brincar com o Diabo que Deus os defende, mas não brinque com o nome de Deus, pois, não haverá defesa para tal desrespeito". Ressaltou ainda que Deus é o Rei dos Reis e que seu nome seja louvado nessa Câmara Municipal; Não havendo mais discussões, o Projeto de Lei Ordinária 43/2023 seguiu para votação sendo aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes em 2ª votação. Antes de encerrar a presente sessão, foi solicitado ao servidor Rodrigo que desse publicidade em 02 (dois) Ofícios/convites enviados pelo Executivo Municipal a essa egrégia casa de leis; **Ofício nº 36/2023** trata-se de convite aos edis para participarem da 1ª Corrida Rústica do Município de Itapemirim, edição Frade e a Freira, que ocorrerá no dia 25 de novembro de 2023, às 8hs, com saída na estrada do Frade em Itapemirim. O percurso será de 5km, contará com subida ao monumento natural até a entrada da trilha; **Ofício nº 37/2023** trata-se de convite aos edis para participar da 1ª reunião do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Itapemirim



(GGIM), com a presença do Secretário Estadual de Segurança Pública e Defesa Social Coronel Alexandre Ofranti Ramalho, que ocorrerá no dia 23 de novembro de 2023, às 10h30, no auditório da Prefeitura de Itapemirim; Assim, não havendo mais nada a ser tratado, o **vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa** agradeceu a presença de todos e declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.

Paulo Sérgio de Toledo Costa
Presidente

Antônio Carlos Helvécio
Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

